

## **Terceiro Setor, empreendedorismo social e ética: a contradição entre a filosofia e a prática no financiamento dos empreendimentos sociais no Brasil**

ALVES, André Luis Centofante <sup>1</sup>  
CAMPANHOL, Edna Maria <sup>2</sup>

### **RÉSUMÉ**

Le 3ème Secteur (TS) reveille l'intérêt vers l'approfondissement des recherches et des études, avec le but de remplacer l'empirisme par la connaissance technique et scientifique, en relevant ses caractéristiques et son caractère multidisciplinaire. L'Entreprise Social s'est établie comme vocation de beaucoup d'Organisations non gouvernementales (ONGs) qui cherchent aussi l'accueil aux plusieurs expressions de la question sociale, comme la solution des problèmes sociaux, em souhaitant donner plus d'efficace aux actions des entités. Au delà, la grande quantité des entreprises sociaux au Brésil, avec le besoin même de financement publique, cause des irrégularités dans la clairté et dans les prestations des comptes de quelques ONGs qui reçoivent des recours. En plus, la prestation des services sociaux pour laquelle ses entités sont été creés n'est pas réalisée. Ainsi, la population a des préjudices par l'absence des recours variés et des sommes publiques sont détournées ce qui configure fraude aux coffres publiques. Dans c ecas, l'article présent a comme but présenter quelques contradictions entre la philosophie et la pratique dans les entreprises sociaux au Brésil, ayant les subsides de l'état destinés aux ONGs pour exécuter les finalités essenciaux.

### **RESUMO**

O Terceiro Setor (TS) desperta o interesse pelo aprofundamento de pesquisas e estudos na tentativa de substituir o empirismo pelo conhecimento técnico e científico, considerando as suas características e o seu caráter multidisciplinar. O Empreendedorismo Social tem se estabelecido como vocação de milhares de Organizações Não Governamentais (ONGs) que buscam tanto o atendimento às diversas expressões da questão social, como a solução dos problemas sociais, almejando dar mais eficácia às ações das entidades. Por outro lado, a proliferação de empreendimentos sociais no Brasil, com a devida necessidade de financiamento público, vem ocasionando irregularidades na transparência e prestação de contas de algumas ONGs receptoras dos recursos. E mais, a prestação de serviços sociais para as quais essas entidades foram criadas não é efetuada. Deste modo, a população é prejudicada pela ausência de auxílios diversos e verbas públicas são desviadas configurando fraude aos cofres públicos. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar algumas contradições entre a filosofia e a prática nos empreendimentos sociais do Brasil, tendo em vista os subsídios estatais destinados às ONGs para cumprir com suas finalidades essenciais.

### **ÁREA TEMÁTICA**

Redes: parceria público/privado.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Terceiro Setor; Empreendedorismo Social; Ética; Parceria Público/Privado.

---

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre em Serviço Social pela Faculdade de Ciência Humanas e Sociais da UNESP-Franca. Graduado em Administração pelo Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF). Professor do Departamento de Administração e dos cursos de Pós-graduação do Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF).

<sup>2</sup> Doutora em Serviço Social e Mestre em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP-Franca. Graduada em Matemática, Ciências Contábeis, História, Administração e Serviço Social. Professora dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF).

## **Terceiro Setor, empreendedorismo social e ética: a contradição entre a filosofia e a prática no financiamento dos empreendimentos sociais no Brasil.**

### **RESUMO**

O Terceiro Setor (TS) desperta o interesse pelo aprofundamento de pesquisas e estudos na tentativa de substituir o empirismo pelo conhecimento técnico e científico, considerando as suas características e o seu caráter multidisciplinar. O Empreendedorismo Social tem se estabelecido como vocação de milhares de Organizações Não Governamentais (ONGs) que buscam tanto o atendimento às diversas expressões da questão social, como a solução dos problemas sociais, almejando dar mais eficácia às ações das entidades. Por outro lado, a proliferação de empreendimentos sociais no Brasil, com a d'evida necessidade de financiamento público, vem ocasionando irregularidades na transparência e prestação de contas de algumas ONGs receptoras dos recursos. E mais, a prestação de serviços sociais para as quais essas entidades foram criadas não é efetuada. Deste modo, a população é prejudicada pela ausência de auxílios diversos e verbas públicas são desviadas configurando fraude aos cofres públicos. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar algumas contradições entre a filosofia e a prática nos empreendimentos sociais do Brasil, tendo em vista os subsídios estatais destinados às ONGs para cumprir com suas finalidades essenciais.

### **ÁREA TEMÁTICA**

Redes: parceria público/privado;

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Terceiro Setor; Empreendedorismo Social; Ética; Parceria Público/Privado.

### **1 INTRODUÇÃO**

O Terceiro Setor (TS) desperta o interesse pelo aprofundamento de pesquisas e estudos na tentativa de substituir o empirismo pelo conhecimento técnico e científico, considerando as suas características e o seu caráter multidisciplinar.

Imprescindível é a reflexão sobre a conceituação do Terceiro Setor, especialmente nos países em desenvolvimento, pelos impactos positivos que produz nas demandas sociais através das ações desenvolvidas pelas organizações não governamentais (ONGs).

No Brasil, o TS, por meio da atuação das ONGs, vem desenvolvendo com eficácia o seu papel diante das demandas sociais. Coloca-se como sendo a solução ante a incapacidade do Estado de, sozinho, prestar o atendimento devido às coletividades desassistidas.

Pode-se definir o TS como aquele composto por ONGs de natureza privada, com finalidade pública, sem fins lucrativos, sendo seus objetivos direcionados a questões como cidadania, emancipação, autonomia, educação, saúde, cultura, meio ambiente, direitos. Seu crescimento e emergência no país têm provocado relevante mudança no modo de agir e pensar da população.

O Empreendedorismo Social tem se estabelecido como vocação de milhares de entidades que buscam tanto o atendimento às diversas expressões da questão social, como a solução dos problemas sociais e, assim, almeja dar mais eficácia às ações das ONGs.

De acordo com Sarkar (2008, p. 32) o “[...] empreendedorismo não é apenas um fenômeno registrável nas empresas, mas também nas instituições sem fins lucrativos, o que se assinala hoje como empreendedorismo social.” Para o autor, os empreendedores sociais são as “[...] forças transformadoras” que intervêm nos problemas que os governantes e os burocratas não conseguem resolver e que geram efetivamente mudanças sociais.

Tal crescimento das atividades das ONGs no país gera um aumento substancial na quantidade de novos empreendimentos sociais, muitas vezes dependentes de subsídios estatais, principalmente de âmbito federal. Essa dependência ocorre várias vezes em razão do amadorismo na gestão das entidades brasileiras, sobretudo no que tange à questão do financiamento de suas atividades. Para Alves (2011, p. 86) “Sem dúvida nenhuma, um dos temas mais discutidos sobre o Terceiro Setor no Brasil é a questão financeira, seu devido planejamento, captação de recursos e, conseqüentemente, o alcance da sustentabilidade.”

A partir da década de 1990, diante do crescimento e desenvolvimento das ONGs no país, houve um aumento considerável da quantidade de cursos, assessorias e consultorias nesse assunto. Ainda assim, os agentes sociais necessitam aprimorar seus conhecimentos para facilitar as ações das ONGs. (ALVES, 2011, p. 87).

O planejamento se colocou como fundamental às ONGs, o que envolve o conhecimento da estrutura e da conjuntura, do ambiente interno e das interfaces que estão representadas pelas partes interessadas, incluindo os beneficiários dos serviços, os voluntários, os funcionários, as demandas sociais ao seu entorno, os financiadores, os apoiadores de recursos, o governo local, estadual, a mídia, tendo em vista as expectativas e definições da instituição. Essas definições passaram a determinar os caminhos da entidade, aonde e como ela quer chegar às finalidades propostas. Houve necessidade de clareza no processo participativo, inclusivo, de todos os integrantes, o que representou também a seleção de prioridades para a operacionalização das ações. Aos objetivos operacionais foram instituídas as metas, ou seja, tempo de execução das atividades e o orçamento específico para cada uma delas, que testa a viabilidade econômico-financeira e estabelece os recursos necessários. O

orçamento passou a ser fundamental, cobrindo toda a organização no conjunto dos projetos, é confrontada com os gastos fixos e outras dotações avulsas, chegando-se por essa via, ao orçamento integral.

Passou a fazer parte do planejamento financeiro das ONGs a questão da captação de recursos. O Terceiro Setor, com o conjunto de ONGs, naturalmente constituído por empreendedores sociais, com a filosofia do “sem fins lucrativos, sendo seus objetivos direcionados a questões como cidadania, emancipação, autonomia, educação, saúde, cultura, meio ambiente e direitos” passou a se envolver com os modos de angariar capital, bens, produtos, serviços e trabalho voluntário.

Neste prisma, para o cumprimento dos objetivos, as ONGs necessitam de recursos para se tornarem eficazes e, conseqüentemente, sustentáveis.

Segundo Yoffe (2003, p. 208), o financiamento das ONGs “[...] deve ser compreendido dentro do contexto econômico, social e organizacional. O financiamento constitui um elemento crítico da gestão das organizações.”

Conforme Speak, McBride e Shipley (GETS, 2002, p. 14) “[...] captação ou mobilização de recursos é um termo utilizado para descrever um leque de atividades de geração de recursos realizadas por organizações sem fins lucrativos em apoio à sua finalidade principal, independente da fonte utilizada para gerá-los.”

A captação de recursos por organizações do Terceiro Setor também pode ser denominada *fund raising*, estratégias de captação adotadas para motivarem pessoas e organizações privadas a doarem recursos de modo voluntário.

Para Yoffe (2003, p. 208) “[...] é um processo de busca de recursos que deve se transformar em prática profissional e, como tal, estabelecer uma atividade reflexiva que lhe permita construir uma determinada teoria sobre sua atividade.” O mesmo autor ainda apresenta o universo de fontes potenciais de financiamento:

- Fonte Internacional: pública ou privada;
- Fonte Pública Local: governos nacionais, estaduais e municipais;
- Fonte Privada: refere-se aos recursos provenientes dos indivíduos, das empresas e instituições;
- Venda de produtos e/ou serviços.

Segundo Matos (2005, p. 95),

Em virtude do caráter público de suas propostas, as ONGs recebem financiamentos de várias fontes e de diversas formas: convênios, auxílios, agências financiadoras e outras organizações não governamentais – nacionais ou internacionais –, recursos governamentais, recursos próprios

gerados por suas atividades, doações de indivíduos ou empresas, prêmios, campanhas, eventos, etc..

Para a maioria das ONGs há três principais fontes de renda: os recursos governamentais, a renda gerada pela venda de serviços (consultorias) ou produtos (alimentos, roupas, suvenires, etc.) e os recursos captados por meio de doações de indivíduos ou organizações privadas. Alguns fatores influenciam para a definição dessas fontes, o grau de apoio governamental para com o Terceiro Setor considerando a vontade política dos governos em verem as organizações como parceiras para a execução de determinados programas, caso a ONG ofereça serviços que possam ser comercializados levando em conta o espírito empreendedor existente dentro da organização, e o nível dos programas de captação de recursos da mesma. (GETS, 2002, p. 14).

Com relação aos recursos governamentais, para executar atividades no Brasil, as ONGs têm que se formalizar juridicamente, adquirindo existência legal, o que oficializa a condição de “organização sem fins lucrativos”, possibilitando pleitear recursos financeiros, humanos e estruturais.

Não obstante ao exposto acima, a proliferação de empreendimentos sociais no Brasil com a devida necessidade de financiamento público, vem ocasionando irregularidades na transparência e prestação de contas de algumas das ONGs receptoras dos recursos. E mais, a prestação de serviços sociais para as quais essas entidades foram criadas não é efetuada. Deste modo, a população é prejudicada pela ausência dos auxílios diversos e verbas públicas são desviadas configurando fraude aos cofres públicos.

Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar algumas contradições entre a filosofia e a prática nos empreendimentos sociais do Brasil, tendo em vista os subsídios estatais destinados às Organizações Não Governamentais (ONGs) para cumprir com suas finalidades essenciais.

## **2 METODOLOGIA**

Para o devido desenvolvimento do artigo foi utilizado o método indutivo, considerando que este possibilita a análise de fatos particulares com vistas a alcançar conclusões genéricas sobre o tema. Segundo Lima (2007, p. 135) “[...] o objetivo do método indutivo é a generalização probabilística de um caso particular. [...] partindo de dados ou observações particulares constatadas, podemos chegar a proposições gerais.”

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica – livros, periódicos, *journals*, revistas científicas e *sites* da Internet – descritiva e de cunho exploratório e analítico. Consoante ao objetivo do trabalho em apresentar algumas contradições entre a filosofia e a prática nos empreendimentos sociais do Brasil, tendo em vista os subsídios estatais destinados às Organizações Não Governamentais (ONGs)

para cumprir com suas finalidades essenciais, o processo de coleta de dados foi desenvolvido por meio de informações veiculadas na mídia impressa, em papel e *online*, o que permitiu esclarecer o caráter contraditório entre *leitmotiv* na constituição de ONGs e as práticas, especialmente na aplicação dos recursos advindos das parcerias público-privadas. Informalmente captou-se as impressões de dirigentes de ONGs de Franca-SP sobre o impactos das práticas contraditórias e a exposição na mídia.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 Terceiro Setor**

Para Fernandes (1997, p. 27), pode-se dizer que o Terceiro Setor é composto pelo conjunto das organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental. Tais organizações dão continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato, baseadas no conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. Este setor surgiu em função da incapacidade do Estado em atender um número cada vez maior de pessoas, com recursos cada vez mais escassos (SOUSA *et al.*, 2005).

Segundo Salvatore (2003, p. 290), a característica fundamental que distingue as atividades dos três setores, sendo o Primeiro, o Governo e o Segundo, o Mercado, constitui-se na lógica que fundamenta a prática e as ações, ou seja, a racionalidade inerente à sua ação, considerando os objetivos a serem alcançados e a garantia de melhores resultados. Na verdade o conceito de Terceiro Setor prevê a integração do público estatal e do privado, incluindo aí a figura do mercado, para complementação e efetivação de ações que confirmam sentido, existência e funcionalidade às instituições por ele representadas. De acordo com Resende (2006, p. 24), só se pode compreender a existência do Estado na interação entre os três setores: governo, mercado e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

Douglas apud Cabral (2007, p. 91) acredita ser desnecessário, senão enganoso, procurar por fronteiras distintivas entre os três setores, uma vez que os bens que esses setores produzem são construções sociais, evidentemente históricas e temporais, dotados de representações distintas para os indivíduos envolvidos em sua produção e distribuição.

Manziona (2006, p. 32-33) destaca que as áreas de atuação das entidades do Terceiro Setor são: “[...] assistência social, educação, saúde, esportes e lazer, meio ambiente, geração de emprego e renda, artes e cultura, ciência e tecnologia, comunicação, segurança pública, entre outras, sendo as mais antigas as vinculadas a atividades religiosas.”

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) apresentou um estudo completo acerca das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) no Brasil. Efetuado no ano de 2004, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o estudo indicou que, em 2002, havia 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos no Brasil, empregando aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. Contudo, os dados da pesquisa apontam uma imensa pluralidade e heterogeneidade dessas organizações sem fins lucrativos: igrejas, hospitais, escolas, universidades, associações patronais e profissionais, entidades de cultura e recreação, meio ambiente, de desenvolvimento e defesa de direitos, etc. (ABONG, 2010).

Diante deste cenário, para que se possam identificar verdadeiramente possíveis ações empreendedoras nas ONGs é necessário, de antemão, conhecer conceitos de empreendedorismo e, ao mesmo tempo, identificar as principais características das organizações sociais empreendedoras, suas semelhanças e diferenças com as organizações de caráter privado e social empresarial.

### **3.2 Empreendedorismo**

Historicamente, autores ainda divergem acerca da identificação de ações empreendedoras de qualquer tipo de organização. Alguns citam os egípcios, que há mais de 4.000 anos a.C inovaram em diversas áreas. Outros se baseiam em fatos ocorridos na Idade Média.

Segundo Sarkar (2008, p. 24-25), os autores Carton, Hofer e Meeks (1998), definem empreendedorismo como: “[...] a busca de uma oportunidade descontinuada à criação de uma organização (ou suborganização) com a expectativa de criação de valor para os participantes.” Para Dornelas (2005, p. 21), “[...] o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX.” O autor menciona ainda que “[...] o empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, se antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização.”

O empreendedorismo abrange diversos ramos de atividades, não se restringindo apenas à concepção de um negócio propriamente dito, porém envolvendo um conjunto de atividades em que a exigência básica é a inovação. Para Filion (1999), o empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões. De acordo com o autor, estudar empreendedorismo é conhecer a natureza comportamental do ser humano diante de desafios.

Schumpeter, citado por Dornelas (2005, p. 39), entendia o empreendedor como aquele que destrói a ordem econômica existente pela criação de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais. Degen (2009, p. 1) também faz alusão à Schumpeter ao dizer que o empreendedor é o agente do processo de destruição criativa que é o impulso fundamental que aciona e mantém em marcha o motor capitalista.

Os empreendedores exercem função essencial para o desenvolvimento econômico e social de uma nação, considerando-se que a partir de suas iniciativas e atitudes inovadoras surgem novos negócios e novas organizações. De acordo com Melo Neto e Froes (2002, p. 7), uma pesquisa

realizada em 1999 pela *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) apontou o empreendedorismo como o principal fator de desenvolvimento econômico de um país. Drucker (2008, p. 349) também enfatizou a importância do empreendedorismo na administração: “O que precisamos é de uma sociedade empreendedora, na qual a inovação e o empreendimento sejam normais, estáveis e contínuos. [...] assim também a inovação e o empreendimento tornar-se-ão uma atividade vital.”

Mas, afinal, como surge um empreendedor? Qual a origem de um empreendimento? A ideia de empreendimento, segundo Bernardi (2003, p. 63), surge da observação, da percepção e análise de atividades, tendências e desenvolvimentos, na cultura, na sociedade, nos hábitos sociais e de consumo.

Existem também vários tipos de empreendedorismo. De acordo com Sarkar (2008, p. 27), eles podem ser classificados como empreendedorismo por necessidade, o ético, de capital, eletrônico, familiar, comunitário, municipal, estatal, local, na terceira idade e de jovens. A partir desses tipos surgem os novos negócios e as novas empresas (*start-ups*), as inovações em organizações já existentes (empreendedorismo corporativo) e em organizações do Terceiro Setor (empreendedorismo social).

### **3.3 Empreendedorismo Social**

Empreendedores sociais sempre existiram, embora o termo tenha se popularizado nos últimos anos. Corrobora com essa tese Bornstein (2005, p. 18), ao citar que “São Francisco de Assis, fundador da Ordem Franciscana, seria classificado com um empreendedor social, pois fundou diversas organizações que implementaram mudanças padrão em sua área.”

A principal diferença é que o empreendedorismo social, na atualidade, vem se estabelecendo como vocação de milhares de novas ONGs em vários países do mundo. O crescimento e desenvolvimento dos atores sociais e das ONGs nesse sentido é nítido. De acordo com Bornstein (2005, p. 15-16)

As principais universidades dos EUA oferecem cursos de empreendedorismo social, e os jornalistas, filantropos e profissionais da área de desenvolvimento frequentemente invocam o termo. Contudo, a maior parte da atenção se concentra em como aplicar técnicas comerciais e administrativas para se alcançar fins sociais – por exemplo, como iniciativas não-lucrativas podem operar iniciativas de fins lucrativos para gerar recursos.

O autor visualiza os empreendedores sociais de modo diferente, encarando-os como forças transformadoras da realidade social:



[...] gente com novas ideias para enfrentar grandes problemas, incansáveis em busca de seus ideais, homens e mulheres que não aceitam um “não” como resposta e que não desistirão até disseminarem a suas ideias o mais amplamente possível. (BORNSTEIN, 2005, p. 16).

Para Melo Neto e Froes (2002, p. 34), o empreendedor social é o indivíduo movido a ideias e inovações, que assume uma atitude de inconformismo e crítica diante das injustiças sociais existentes em sua região e no mundo. Ele possui o desejo de ajudar as pessoas, de desenvolver a sociedade, de criar coletividades e de implementar ações que garantam o autossustento e a melhoria contínua do bem estar da comunidade.

De maneira semelhante, a *Ashoka Innovators for the Public* (2007, on-line) define o empreendedor social como a pessoa que não espera que os problemas sociais sejam resolvidos pelo setor governamental ou pela iniciativa privada. Mas, é aquele que identifica e resolve tais problemas com soluções inovadoras e de larga escala, promovendo mudanças no sistema, disseminando soluções e persuadindo a sociedade a dar novos saltos. Segundo a associação, os empreendedores sociais são “[...] líderes cujo pensamento prático e estratégico está dedicado a buscar alternativas concretas para superar desigualdades sociais e transformar a realidade social de maneira paradigmática.” Este novo paradigma constitui uma maneira diferente de pensar a comunidade e o seu desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ético e ambiental. (MELO NETO e FROES, 2002, p. 32).

Thompson (2002, p. 416) destaca outro ponto importante do empreendedorismo social, qual seja, o “ouvir a voz da comunidade”. Baseado nas necessidades locais, a maior parte destes empreendimentos é de pequeno porte, com esforços localizados, cujo sucesso pode ter efeito multiplicador de uma série de iniciativas que ampliem os impactos positivos. Thompson (2002, p. 427) acrescenta que não basta ter uma boa causa. É necessário colocar a visão em prática, conferindo-lhe direção e propósito, bem como mobilizando os recursos necessários. Para ele, sempre há um custo de oportunidade para os recursos utilizados. Ou seja, “[...] conquistas abaixo do que poderia ser conquistado é uma oportunidade perdida, uma necessidade não atendida.”

Para definir o empreendedor social, Dees (2001) combina os conceitos sobre geração de valor de Say, de inovação e agentes de mudança de Schumpeter, de busca de oportunidade de Drucker e de utilização máxima de valores de Stevenson, bem como apresenta características básicas para ele, conforme Figura 1:

**Figura 1: Conceitos de Empreendedorismo Social**

<b>Característica</b>	<b>Descrição</b>
1. Agente de mudança no setor social	Ação sobre as causas e não sobre os sintomas dos problemas. Busca criar mudanças e melhorias sustentáveis.
2. Geração e manutenção de valor social	O impacto social é a medida principal. Procura retorno social de longo prazo nos investimentos.
3. Identificação e busca de novas oportunidades	O empreendedor vê oportunidade onde os outros vêem problemas. Não se deixam levar apenas pela percepção de uma necessidade ou por compaixão. Têm uma visão de como alcançar melhorias e são persistentes.
4. Inovação, adaptação e aprendizado contínuo	Procura por caminhos inovadores para garantir que os empreendimentos tenham acesso aos recursos pelo tempo necessário.
5. Determinação nas ações	Ação com determinação e eficiência dos escassos recursos. Buscam recursos de terceiros por meio de parcerias e colaborações.
6. Senso de transparência	Busca a promoção de reais melhorias para a comunidade e mostram os retornos sociais e econômicos. Avaliam o crescimento em resultados sociais, financeiros e de gestão.

**Fonte:** Adaptado de Rossoni et al (2006).

Melo Neto (2002, p. 41) menciona alguns benefícios do empreendedorismo social enquanto processo de transformação de comunidades locais:

**Figura 2: Benefícios do Empreendedorismo Social**

<b>Benefício</b>	<b>Descrição</b>
Conhecimento	Aumento do nível de conhecimento da comunidade local com relação aos recursos existentes, capacidades e competências disponíveis em seu meio.
Consciência	Aumento do nível de consciência da comunidade com relação ao seu próprio desenvolvimento.
Valores	Mudança de valores das pessoas que são sensibilizadas, encorajadas e fortalecidas em sua autoestima.
Participação	Aumento da participação dos membros da comunidade em ações empreendedoras locais.
Integração	Aumento do sentimento de integração das pessoas com a sua cidade, terra e

	cultura.
Sustentabilidade	Estímulo ao surgimento de novas ideias que incluem alternativas sustentáveis para o desenvolvimento.
Propriedade	Transformação da população em proprietária e operadora dos empreendimentos sociais locais.
Inclusão	Inclusão social da comunidade.
Autossuficiência	Busca de maior autossuficiência pelos membros da comunidade local.
Qualidade de Vida	Melhoria da qualidade de vida dos habitantes.

**Fonte:** Melo Neto (2002, p. 41).

Oliveira (2004, p. 13) destaca as principais diferenças e semelhanças entre os três macroinstitutos:

**Figura 3: Tipos de Empreendedorismo**

<b>Empreendedorismo Privado</b>	<b>Empreendedorismo Social Empresarial</b>	<b>Empreendedorismo Social</b>
É individual	É individual com possíveis parcerias	É coletivo e integrado
Produz bens e serviços para o mercado	Produz bens e serviços para si e para a comunidade	Produz bens e serviços para a comunidade local e global
Tem foco no mercado	Tem o foco no mercado e atende à comunidade conforme sua missão	Tem o foco na busca de soluções para os problemas sociais e necessidades da comunidade
Sua medida de desempenho é o lucro	Sua medida de desempenho é o retorno aos envolvidos no processo – <i>stakeholders</i>	Sua medida de desempenho é o impacto e a transformação social
Visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio	Visa agregar valor estratégico ao negócio e atender expectativas do mercado e da sociedade	Visa resgatar pessoas da situação de risco social, a promovê-las e a gerar capital social, inclusão e emancipação social

**Fonte:** Oliveira (2004, p. 13).

Importante salientar que ideias bem sucedidas requerem uma gama de talentos que dificilmente são encontrados em uma única pessoa e, assim, o empreendedorismo social deve estar focado não somente em um indivíduo, mas, em times, organizações, associações e redes sociais (LIGHT, 2006, p. 48). Seelos e Mair (2005, p. 244-245) afirmam que o empreendedor social pode ser bom em promover novas iniciativas, porém, não necessariamente em gerenciar organizações e projetos. Para Thompson *et al.* (2000) é fundamental que haja o apoio de pessoas-chave, comprometidas em ajudar os outros, bem como o apoio de instituições públicas e privadas, e da própria comunidade.

Por fim, deve-se citar Moulden (2009, p. 13) ao mencionar que os empreendedores sociais possuem uma vontade interior de mudar a realidade social existente, como se fossem chamados à esse tipo de trabalho: *“En su lugar, los nuevos emprendedores sociales (activistas, empresarios y inovadores por igual) experimentam una especie de llamada: una voz interna o un evento externo que anuncia el fin de una etapa de su vida y el principio de otra.”*

### **3.4 Ética**

Na atualidade, é possível encontrar vários trabalhos acadêmicos sobre ética, valores, moral e cultura, mas ainda falta explicitá-los de forma mais sistemática. Por um lado, tentativas por parte de determinadas organizações de estabelecer padrões de ética e responsabilidade social em suas atividades e formas de gestão, muitas vezes, têm se limitado a criar códigos de éticas. Por outro, muitos trabalhos acadêmicos também se interessaram mais pelo aspecto instrumental de conceitos como ética ou moralidade, procurando explicitar de que forma prática eles deveriam ser promovidos e até mesmo implantados dentro das organizações. (ASHLEY, 2002, p. 50).

De acordo com Ashley (2002, p. 50) “Parece lícito afirmar, então, que hoje em dia as organizações precisam estar atentas não só a suas responsabilidades econômicas e legais, mas também a suas responsabilidades éticas, morais e sociais.”

Ética pode ser entendida, conforme o Dicionário Houaiss (online, 2012), como parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, refletindo, especialmente, a respeito da essência das normas, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social.

O homem, originalmente um ser natural como outros seres vivos, rompe com o padrão de intercâmbio imediato e instintivo estabelecido com a natureza, para dar seus primeiros passos na direção da construção de si mesmo como um novo ser. É nesse processo histórico que são tecidas as possibilidades de o homem se comportar como um ser ético: enquanto o animal se relaciona com a natureza a partir do instinto, o ser social passa a construir mediações, cada vez mais articuladas,

ampliando seu domínio sobre si mesmo. Desse modo, sem deixar de se relacionar com a natureza, pois precisa dela para se manter vivo, vai moldando sua natureza social. (BARROCO, 2008, p. 19).

Neste sentido, conforme os ensinamentos da autora anteriormente mencionada (2002, p. 20) a ética pode ser entendida como o modo de ser socialmente determinado, tendo sua gênese no processo de autoconstrução do ser social. Sob esse prisma de análise social e histórica, entende-se que o ser social surge da natureza e que suas capacidades essenciais são construídas por ele no seu processo de humanização: ele é autor e produto de si mesmo, o que indica a historicidade de sua existência, excluindo qualquer determinação que transcenda a história e o próprio homem.

#### **4 CASES DE CONTRADIÇÃO ENTRE A FILOSOFIA DE CONSTITUIÇÃO DE ONGS E A PRÁTICA SOCIAL NAS PARCERIAS PARA CAPTAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS**

Recentemente, a mídia brasileira apresenta escândalos envolvendo Organizações Não Governamentais (ONG) e políticos corruptos relativos não somente à definição das entidades parceiras do Governo Federal, mas, principalmente, na questão do repasse dos recursos financeiros para as mesmas. A grande questão é que nem sempre há prestação de contas e transparência nos valores recebidos a título de subsídios e nos resultados das ações das ONGs diante da sua demanda beneficiária, que, sobretudo, não são divulgados ou, quando apresentados, não o são de modo correto.

Nos últimos anos, diversos políticos ocupantes de cargos em comissão perderam seus postos diante da comprovação de irregularidades. Abaixo, de forma resumida, apresentam-se alguns casos:

**Figura 4: Empreendimentos sociais com possíveis irregularidades**

<b>Terceiro Setor, ONGs, Empreendimento Social</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Descrição do Desvio</b>
ONG do policial militar João Dias Ferreira	Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte.	Ex-Ministro dos Esportes, Orlando Silva (PC do B), deixou o governo após acusações de ter participado de um suposto esquema de fraude. O ministro recebeu parte do dinheiro desviado pessoalmente na garagem do ministério. Ministro o assinou um despacho que reduziu o valor que a ONG do policial precisava gastar como contrapartida para receber verbas do governo, permitindo que o policial continuasse participando de um programa social do Ministério. (JORNAL FLORIPA, online, 2012).

ONGs de fachada	Ministério do Turismo	No Estado do Amapá, verbas liberadas pelo eram destinadas a entidades de fachada. O ex-Ministro do Turismo, Pedro Novais (PMDB), dentre várias acusações que culminaram com sua saída do Ministério, havia também denúncias envolvendo ONGs. (FOLHA, online, 2012).
Grupos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	O Senado Federal abriu Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para investigar repasses para essas organizações. Em 2001, analisou a má aplicação de recursos. Mostrou detalhes do montante aplicado em ONGs: entre 2000 e 2006, apenas o já havia destinado 1 bilhão de reais a elas. (VEJA, online, 2012).

**Fonte:** elaborado pelos autores.

A imprensa, na maioria das vezes, tem a tendência de supervalorizar notícias envolvendo fraudes entre políticos corruptos e ONGs no que tange ao seu financiamento. Obviamente que notícias neste sentido devem ser levadas a público sim, entretanto, tal exposição da mídia televisiva, escrita e virtual acaba por denegrir a atuação de ONGs que de fato trabalham de forma séria e responsável na luta ao enfrentamento das diversas expressões da questão social.

As ONGs que exercem suas atividades com seriedade são depreciadas em detrimento da má fama proporcionada por entidades de fachada ligadas a políticos corruptos, gerando dificuldades no desenvolvimento de suas ações, especialmente na captação de recursos junto a organizações privadas, que necessitam de corretas prestação de contas e transparência para fins contábeis, bem como o fato de vincular sua marca à de uma ONG.

Alguns atores sociais reclamam que as denúncias atrapalham o trabalho desenvolvido pelas suas entidades, principalmente no que tange à questão da captação de recursos. Segundo Rafaela Frade, coordenadora da ONG Amigos de Franca, entidade estabelecida no município de Franca/SP que depende de financiamento privado, “As pessoas ficam desacreditadas, acham que todas as ONGs fazem isso, que não trabalham de forma séria. Isso acaba atrapalhando na hora de captar recursos.” Já Ormar Cardoso, coordenador da ONG Estilo de Vida (Imperatriz/MA), entidade que desenvolve projetos de educação ambiental na região amazônica, diz: “Muitos empresários aqui da região

confundem as coisas e não querem ajudar [...] É mais trabalho e dor de cabeça, não vale a pena mexer com recurso público. O governo vai com seus apadrinhados políticos”.

Por outro lado, a própria Revista Veja distingue as ONGs sérias das fraudulentas, porém, quando o assunto é fraude, faz de forma mais veemente. Na edição de 9 de novembro de 2011, uma reportagem intitulada “ONGs, as do bem (a maioria) pagam pelas corruptas”, a Revista aponta que das 340.000 – aproximadamente – ONGs existentes no Brasil, 99,4% não recebem subsídios do Governo Federal, ou seja, apenas 0,6% podem estar envolvidas em casos de corrupção. Isto quer dizer que a esmagadora maioria das entidades brasileiras não possui indícios de fraude quando se trata de financiamento estatal federal.

É importante citar que o modelo de financiamento de ONGs já existia em países como Estados Unidos e Inglaterra antes mesmo do início das parcerias entre governos federais, estaduais e municipais e ONGs brasileiras. Diante da ineficiência do Estado em atender e solucionar diretrizes constitucionais como saúde, educação, segurança, entre outras, repasse verbas para entidades desenvolverem suas atividades. Políticos corruptos, por sua vez, vislumbraram uma excelente oportunidade de fraudar o Estado.

No governo FHC (1995 a 2002), muito particularmente pela atuação da Profa. Dra. Ruth Correia Leite Cardoso, estudos sobre o Terceiro Setor foram incentivados na década de 1990. Já no governo Lula (2003 a 2011), ocorreu ampliação na quantidade de parcerias estabelecidas entre o Governo Federal e ONGs. O fato é que parcerias devem ser realizadas sim, mas regras legais mais severas devem ser criadas para se evitar a ocorrência de fraudes.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo apresentou algumas contradições entre a filosofia e a prática nos empreendimentos sociais do Brasil, tendo em vista os subsídios estatais destinados às Organizações Não Governamentais (ONGs) para cumprir com suas finalidades essenciais.

Na atualidade, é evidente que a estrutura organizacional do Estado não está preparada para suprir as carências e necessidades das diversas expressões da questão social. Tais deficiências evidenciam as dificuldades enfrentadas, tendo em vista a participação direta do Poder Público municipal no processo, quando se trata de assumir efetivamente os serviços de saúde, educação, segurança, entre outras previsões constitucionais.

No caso em tela, políticos corruptos descobriram uma forma de lesar o erário público, articulando com ONGs que recebem subsídios estatais – principalmente federais – a fim de cumprirem com suas atividades primárias. Todavia, fraudes vêm ocorrendo no sentido de desvio de verba, ocasionando danos aos cofres públicos e, conseqüentemente, o não desenvolvimento das tarefas sociais que deveriam ser efetuadas pelo Estado e/ou pelas ONGs.

## REFERÊNCIAS

- ABONG. **Uma rede a serviço de um mundo mais justo, solidário e sustentável**. Disponível em: <<http://www.abong.org.br/>>. Acesso em: 12 out. 2010.
- Alves, André Luis Centofante. **Gestão de Organizações Não Governamentais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2011.
- ASHLEY, Patricia Almeida. **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- ASHOKA INNOVATORS FOR THE PUBLIC. Disponível em: <[http://www.ashoka.org/social\\_entrepreneur](http://www.ashoka.org/social_entrepreneur)>. Acesso em: 31 ago. 2007.
- BARROCO, Maria Lucia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BORNSTEIN, David. **Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas ideias**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- CABRAL, E. H. de S. **Terceiro setor: gestão e controle social**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CARTON, R. B.; HOFER, C. W.; MEEKS, M. D. **The entrepreneur and entrepreneurship: definition of role in the society, Georgia University**. [www.sbaer.uca.edu/research/1998](http://www.sbaer.uca.edu/research/1998). Acesso em 31 jan. de 2007.
- DEES, J. G. **The meaning of “social entrepreneurship”**. Durham: Fuqua School of Business, Duke University, 2001.
- DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor: empreender como opção de carreira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: entrepreneurship: prática e princípios**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- FERNANDES, R. C. O que é o terceiro setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg. **3º setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FILION, Louis Jacques. **Sistemas Gerenciais de Empreendedores e Operadores de Pequenos Negócios**. RAE - Revista de Administração de Empresas. São Paulo: Editora FGV, 1999.
- LIGHT, P. C. **Reshaping social entrepreneurship**. Stanford Social Innovation Review, vol. 4, n. 3, p. 47-51, out/2006.



LIMA, Maria José de Oliveira. **As empresas familiares da cidade de Franca**: um estudo sob a visão do serviço social. 2007. 201 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

MANZIONE, S. **Marketing para o terceiro setor**: guia prático para implantação de marketing em organizações filantrópicas. São Paulo: Novatec, 2006.

MELO NETO, F. de P. de; FROES, C. **Empreendedorismo Social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MOULDEN, Julia. **Los nuevos emprendedores sociales**: un manifiesto para reinventarse y cambiar al mundo. Ciudad de Mexico: McGraw Hill, 2009.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Empreendedorismo Social no Brasil**: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. Revista FAE. Curitiba, v.7, n.2, p.9-18, jul./dez. 2004. Disponível em: <[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v7\\_n2/rev\\_fae\\_v7\\_n2\\_02.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v7_n2/rev_fae_v7_n2_02.pdf)> Acesso em: 21 out. 2007.

RESENDE, T. de A. **Roteiro do terceiro setor**: associações e fundações: o que são, como instituir, administrar e prestar contas. 3. ed. rev., atual. e ampli. Belo Horizonte: Prax, 2006.

ROSSONI, L.; ONOZATO, E.; HOROCHOVSKI, R. R. **O Terceiro Setor e o Empreendedorismo Social**: explorando as particularidades da atividade empreendedora com finalidade social no Brasil. In. XXX Encontro da ANPAD, Anais ..., Salvador, 2006.

SALVATORE, V. **A racionalidade do terceiro setor**. In: VOLTOLINI, Ricardo (Org.). Terceiro setor: planejamento e gestão. 3. ed. São Paulo: Senac, 2003.

SARKAR, S. **O empreendedor inovador**: faça diferente e conquiste seu espaço no mercado. Rio Janeiro: Elsevier, 2008.

SEELOS, C.; MAIR, J. **Social entrepreneurship**: creating business models to serve the poor. Business Horizons, v. 48, n. 3, p. 241-246, mai./jun. 2005.

SOUSA, E. G. de; OLIVEIRA FILHO, J. B. de; FAGUNDES, A. F. A.; DAMI, A. B. T.; LIMA, J. E. R. de. **A Dinâmica das Ações nas Organizações do Terceiro Setor e sua Relação com o Empreendedorismo Social**. In: XXIX Encontro da ANPAD, Anais ..., Brasília, 2005.

THOMPSON, J. L. **The world of the social entrepreneur**. The International Journal of Public Sector Management, vol. 15, n.4/5, p. 412-431, 2002.

THOMPSON, J. L.; ALVY, G.; LEES, A. **Social entrepreneurship**: a new look at the people and the potential. Management Decision, vol. 38, n. 5, p. 328-338, 2000.